ANAIS



A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LÉSBICA EM FOZ DO IGUAÇU - PR

RODRIGUES, Dayane de Almeida.

Estudante do Curso de Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana, bolsista (IC-UNILA) - ILAACH – UNILA; E-mail: dda.rodrigues.2016@aluno.unila.edu.br;

FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de.

Docente/pesquisador do curso Antropologia — Diversidade Cultural Latino-Americana — ILAACH — UNILA. E-mail: lorena.freitas@unila.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a construção da identidade lésbica a partir da ótica dos estudos de gênero. Tendo em vista a grande diversidade epistemológica e o grande acúmulo da produção científica que caracteriza este campo de conhecimento, torna-se impossível uma análise que dê conta de reconstruir toda a produção realizada no campo sobre o assunto. Deste modo, este trabalho busca promover a discussão da construção da identidade lésbica a partir do ponto de vista do feminismo decolonial, especialmente a partir da pensadora dominicana Ochy Curiel.

Ochy Curiel é antropóloga e coordenadora de pós-graduação da Escola de Estudos de Gênero da Universidade Nacional da Colômbia e docente dessa universidade. Ativista do feminismo lésbico e afrodescendente, desenvolve pesquisas sobre o regime da heterossexualidade da nação e as estratégias políticas diante do racismo, sexismo de mulheres negras do Brasil, Honduras e República Dominicana. A partir do pensamento feminista pós-colonial e decolonial, a autora discute a experiência das mulheres que são historicamente subjugadas pelo poder colonial na América Latina e Caribe, ressaltando a não homogeneidade da categoria "mulheres".

Segundo Judith Butler (2003), a identidade funciona dentro de estruturas de representação impostas, de forma a normalizá-las, construindo assim o pensamento binário, o feminino e o masculino, por exemplo, o feminino e o seu oposto. Assim a identidade lésbica é representada dentro de uma "anormalidade" social, e até

psicologizada dentro da medicina, do que seria tido como normal a heterossexualidade, com o surgimento do discurso da *sciencia sexualis* em que o sexo passou a ser transfigurado como uma noção psicológica do desejo sexual, fundou por meio das instituições o paradigma da legitimidade heterossexual (FOUCAULT, 1988). Um discurso que se faz muito presente na construção do Estado-Nação, apagando a realidade colonial criando uma identidade nacional pela elite que mitifica um pacto social de um "povo", representado pela família heterossexual, onde as lésbicas, os gays, os indígenas, afrodescendentes não são reconhecidos e muito menos representado como corpo social dentro dessa linguagem do Estado.

Segundo Curiel, o lesbianismo é uma posição política que nos permite entender a heterossexualidade como um regime político e um sistema, que implica na existência construir autonomia e liberdade das mulheres. As mulheres são corpos históricos, onde as opressões têm marcado, e que estas têm imaginado e criado desde suas resistências vinculadas a outros mecanismos de opressão como o racismo, o sexismo e a classe que são estruturas que o poder solidifica sobre as sociedades a nível cultural, simbólico, e econômico (CURIEL, 2007).

2 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica de diversas autoras e autores dos estudos de gênero, analisando, a partir de leituras dos textos e da produção de resenhas destes textos, abordando alguns conceitos e temáticas centrais, como o gênero como categoria analítica, as relações de dominação, à construção histórico-cultural das identidades masculinas e femininas, da homossexualidade e, principalmente, da lesbianidade.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Joan Scoott, (1995) historiadora norte-americana, conceitualiza o gênero como categoria de análise das relações sociais entre mulheres e homens sócio-histórico-cultural que revela estruturas sociais de poder em torno da sexualidade.

O trabalho de Michel Foucault em "Historia da Sexualidade I: a vontade de saber" (1988), faz grandes aportes de como o poder pela repressão e pelo prazer

estruturam uma economia geral dos discursos sobre o sexo e sexualidade desde o século XVII. Transformando os corpos em unidades populacionais, um biopoder sobre os corpos, disciplinando-os por meio de instituições modernas, como a medicina, a psiquiatria, a pedagogia e jurisdição como ferramenta máxima da representação do Estado.

Ochy Curiel faz uma análise do texto da Constituição de 1991, da Colômbia em seu livro "La Nación Heterossexual" (2013), onde no próprio texto a representação do núcleo familiar é abordado na constituição, compreendendo a heterossexualidade a partir das pensadoras lésbicas feministas como Adrienne Rich, Monique Witting, como instituição política.

Adrienne Rich (1996), norte-americana e usa pela primeira vez o conceito de heterossexualidade obrigatória, que funciona como um sistema de opressão e de obrigação, eliminando a liberdade de escolha por todas as mulheres e o conceito de continum lesbiano como necessidade de uma solidariedade entre mulheres, de criar apoio e resistência.

Monique Wittig, materialista francesa, propõe em 1978 o funcionamento da heterossexualidade como regime político e também sua frase "las lesbianas no son mujeres", que nos faz compreender que as lesbianas saem da dependência econômica, social, cultural, e simbólica aos homens em que essa dependência é o que se constrói a identidade da mulher.

Judith Butler (2003), filósofa norte-americana questiona a categoria gênero como uma política identitária heterossexual, dentro da construção binária mulher/homem, feminino/masculino, onde o gênero é uma performance em que por meio de atos repetitivos criam uma matriz cultural na produção do gênero, do sexo biológico e do desejo seguindo as normas sociais criam uma inteligibilidade social, mas ao que serem rompidos tais atos desconstrói a ordem social.

Para chegar a transformação social até mesmo de forma utópica, é necessário compreender as opressões de modo articuladas e assim entender como as mulheres são agredidas pelo racismo, classismo, sexismo e heterossexismo, para construir uma prática política feminista e assim passando por nossas subjetividades e emoções para construir outros seres que não reproduzem as lógicas da dominação. (CURIEL,2002)

4 RESULTADOS

A construção das identidades passam por normas sociais, dentro do binarismo feminino/masculino, sujeito/objeto, impondo sobre os seres o disciplinamento sobre os corpos a serem seguidos na sociedade. Tal construção das identidades passa a uma espécie de quantificação e fixação das potencialidades pela colonização e continuação nos Estados Nacionais, de uma tentativa de homogeneização social como ferramentas para controle.

A visibilização das identidades que são marginalizadas pela sociedade, como a identidade lésbica, gay, afrodescendente e indígena, se pauta na luta pelo reconhecimento social como estratégia de inclusão política, mas que não são um fim em si mesmas, pois a própria estrutura social está embasada na desigualdade social, é uma questão de transformação da sociedade.

5 CONCLUSÕES

A luta por reconhecimento social e visibilização da identidade lésbica parte por reconhecer um regime político heterossexual que se manifesta como obrigatório às mulheres pela produção de desejos e prazeres, por meio da hierarquização histórica de gênero que marca os corpos das mulheres racializando-as e sexualidando-as.

6 PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2003.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual:** Análisis del discurso jurídico y el regimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Edição: Brecha Lésbica y em la frontera. Colombia – Bogotá, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v.20, n°2, jul/dez. 1995, pp. 71-99.